



Universidade do Minho
Conselho Geral

Eleições para o Conselho Geral da Universidade do Minho
2017

Eleição dos representantes do Pessoal não Docente e não Investigador

Lista
UM para Todos – Todos pela UM

Candidato Efetivo

| Nome | Categoria | Número | Serviço/Unidade Orgânica |
|----------------------------|---|---------------|---------------------------------|
| José Emilio Costa Palmeira | Técnico de Informática de Grau 2 Nível 1 | F1341 | Instituto de Educação |

Candidatos Suplentes

| Nome | Categoria | Número | Serviço/Unidade Orgânica |
|---------------------------------------|---|---------------|---------------------------------|
| José António Pinto dos Santos | Técnico Superior | F4024 | Escola de Ciências |
| Jorge Augusto Duarte Barrote | Técnico de Informática-Adjunto Nível 3 | F742 | Escola de Economia e Gestão |
| Vítor Manuel Fernandes Oliveira Sousa | Bolseiro | B4712 | Instituto de Ciências Sociais |

Mandatário: António José Leite Gonçalves, Assistente Técnico, Biblioteca Pública de Braga

Candidatura ao Conselho Geral
Trabalhadores não docentes e não investigadores

UM para Todos
– Todos pela UM –

Braga, 14 de fevereiro de 2017

UM para Todos – Todos pela UM

Esta candidatura à representação dos trabalhadores não docentes e não investigadores ao Conselho Geral da Universidade do Minho surge da determinação de um grupo de Trabalhadores não Docentes e não Investigadores bastante abrangente com o intuito de representarmos todos os nossos colegas nesta nova realidade Fundacional tentando sempre defender ao máximo o número 1 do artigo 3º dos Estatutos da Universidade do Minho “... respeito pela dignidade da pessoa humana e na sua promoção, interditando qualquer espécie de tratamento desumano.”. No atual panorama do Ensino Superior de desinvestimento nos recursos humanos, o congelamento das carreiras dos trabalhadores a inexistência de progressões e a insegurança dos trabalhadores com vínculo precário tem sido um fator de desmotivação, gerando ainda um forte sentimento de inércia e de impotência entre os trabalhadores.

Tendo em consideração a participação dos trabalhadores não docentes e não investigadores em dois mandatos no Conselho Geral (CG) da Universidade do Minho, a Lista UM para Todos – Todos pela UM - apresenta-se de novo a sufrágio, conscientes que os princípios orientadores, já apresentados em anteriores eleições, se mantêm atuais.

Acreditamos que a nossa participação contribuiu através da sua postura, para uma melhor articulação e representação dos trabalhadores não docentes junto do CG e da própria academia.

Salienta-se que os trabalhadores não docentes têm apenas **um representante** neste órgão, por opção estatutária da Universidade do Minho, dificultando assim a capacidade de atuação e de influência nas decisões a tomar.

A atuação da representante dos trabalhadores não docentes, nos dois mandatos anteriores foi intransigente na defesa das nossas ideias, firme na apresentação das nossas dificuldades e perspicaz na negociação das nossas necessidades. Esta representação significou para todos os trabalhadores não

docentes uma melhoria das condições de trabalho, ao nível de intervenção no Conselho Geral, uma humanização das pessoas e um reconhecimento por parte da Universidade do Minho do valor dos seus trabalhadores não docentes.

A nossa motivação nada tem a ver com interesses pessoais ou corporativos, sendo antes pautada pela defesa dos interesses comuns de todos os trabalhadores da Universidade. Como de resto o demonstra um percurso de muitos anos, de representação independente e desinteressada, em diferentes órgãos da Universidade.

A missão que nos propomos defender no Conselho Geral é defender os interesses dos funcionários através de uma interação com os seus representantes nas Unidades Orgânicas e Subunidades Orgânicas bem como nos diversos Serviços existentes na UMinho. Pretendemos ter uma voz ativa e participativa nos princípios orientadores da UMinho em conformidade com os restantes corpos integrantes do Conselho Geral para melhorar o bem-estar de toda a comunidade académica. Estamos comprometidos com a Universidade, disponíveis para negociar e manter um diálogo salutar e contínuo com os diferentes Órgãos da Universidade e muito particularmente com o futuro CG. Adotamos esta postura nos dois anteriores mandatos, que agora terminam, pois estamos conscientes que só desta forma estamos em condições de representar condignamente e de uma forma eficaz os trabalhadores não docentes.

Os colegas que integram e apoiam esta candidatura representam os diversos Serviços e Unidades Orgânicas de Ensino e Investigação e seus elementos acolhem várias missões:

- Missão para com a Universidade - elementos que se tem destacado na representação dos trabalhadores não docentes defendendo os direitos dos trabalhadores nos Órgãos da Universidade, nas Escolas/ Institutos e nos Serviços de forma crítica/refletida e responsável.
- Missão para com a diversidade – elementos que representam a diversidade de carreiras e de ideias, estando perfeitamente identificados com os problemas existentes nas Escolas, Institutos e nos Serviços da Universidade.

- Missão para com o diálogo – elementos que partilham uma ideia de Universidade e de como os seus recursos humanos devem ser geridos, que baseiam a sua postura no diálogo e na transparência de informação entre os diferentes órgãos e instâncias.
- Missão para com a defesa dos interesses coletivos – elementos que tem como motivação a defesa dos interesses comuns de todos os trabalhadores da Universidade. Como de resto, o demonstra no percurso de muitos anos, de representação independente e desinteressada, em diferentes órgãos de gestão da Escolas/Institutos, Serviços e Órgão da Universidade.

Vivemos um ciclo de precariedade do trabalho, reforçado por uma empresarialização cada vez mais forte da Universidade, com o constante recurso da Universidade a um grupo de trabalhadores assalariados, constituído por profissionais com elevada formação, mas em situação precária, o que constitui uma relação desassociada sem qualquer vínculo laboral com a Universidade. Esta situação permite um controlo administrativo e proporciona uma situação de insegurança destes trabalhadores não docentes.

Neste sentido, a nossa candidatura estará voltada para uma abordagem baseada nas pessoas, no diálogo com forma de defesa dos direitos destes trabalhadores.

Defendemos uma perspetiva de inclusão, onde todos os trabalhadores não docentes da Universidade devem ter condições e segurança no trabalho, onde o seu espaço e valor sejam valorizados e tidos em consideração e onde estejam resguardados das pressões financeiras e administrativas.

Deste modo, a candidatura incorpora ideias transversais, tendo como missão a união de todos os trabalhadores não docentes e não investigadores da Universidade do Minho, tendo em conta que são comuns as nossas preocupações e anseios. O que nos une é, assim, a defesa dos direitos e dos interesses dos trabalhadores não docentes, bem como, a afirmação do seu papel enquanto interlocutores essenciais na vivência universitária.

As orientações da nossa candidatura, e pelas quais nos vamos debater intransigentemente, são as seguintes:

- **Dignidade e valorização Humana** dos trabalhadores não docentes. Promover a dignificação do corpo de pessoal não docente e não investigador da Universidade do Minho;
- **Lutar contra todas as formas de discriminação e quebras de direitos humanos**, onde a valorização e respeito pelas pessoas, sejam a “peça “ fundamental da gestão, opondo-se a uma “catalogação” do sujeito (trabalhador) como um mero instrumento a quem é atribuído um número mecanográfico;
- **Defendemos uma perspetiva de inclusão**, onde todos os trabalhadores não docentes da Universidade devem ter condições e segurança no trabalho, onde o seu espaço e contributo sejam valorizados e tidos em consideração, e onde estejam resguardados das pressões financeiras e administrativas;
- **Assegurar a igualdade de oportunidades no acesso à informação**, defendendo uma adequada publicitação dos atos administrativos de governo e de gestão, fornecendo em tempo útil toda a informação relativa a estes atos, no caso em que seja possível (ressalvando os deveres de reserva ou sigilo, impostos por lei);
- **Assegurar a gestão democrática da Universidade**, de modo que todos os trabalhadores possam participar nas decisões que lhes dizem respeito;
- **Assegurar a vigilância ativa sobre as más práticas nos procedimentos** seguidos, em particular, nos respeitantes à **avaliação do desempenho** e aos **efeitos previstos no sistema de avaliação SIADAP**;
- **Assegurar a interação permanente com os Representantes dos trabalhadores** nos órgãos da Universidade e das Escolas/Institutos;

- **Assegurar o envolvimento ativo do corpo de trabalhadores não docentes** nas diferentes decisões dos órgãos da Universidade;
- **Assegurar a valorização do estatuto do corpo de trabalhadores não docentes** da Universidade, rejeitando uma visão conformadora do valor e da necessidade da representação dos trabalhadores nos órgãos da Universidade;
- **A valorização e dignificação dos trabalhadores não docentes no seu local de trabalho**, bem como a melhoria das suas condições de trabalho em espaços físicos condignos, de ferramentas adequadas para o cumprimento das suas funções, para que todos tenham condições de um bom desempenho profissional;
- **Assegurar uma articulação com a AFUM** em matérias relativas ao apoio social aos trabalhadores.

Os trabalhadores não docentes da Universidade do Minho estão a sofrer com problemas financeiros de várias ordens, tal como todos os trabalhadores do setor público. Num cenário de crise e dificuldades económicas e perante o crescimento de cortes salariais, da suspensão de subsídios, do congelamento da progressão nas carreiras e da suspensão de valorizações remuneratórias, várias são as dificuldades dos trabalhadores não docentes, que estão mais expostos e vulneráveis em termos financeiros.

Estando atentos aos objetivos da Associação de Funcionários da Universidade do Minho (AFUM), designadamente o seu atual estatuto de instituição pública de solidariedade social (IPSS), consideramos importante existir uma articulação de esforços no sentido da prestação de apoio social aos trabalhadores.

O projeto de revisão dos Estatutos da UMinho prevê a criação do Provedor Institucional, tendo como função promover e defender os direitos dos trabalhadores não docentes e não investigadores, recolhendo e tratando as reclamações apresentadas, arbitrando situações de conflito, produzindo

recomendações internas e contribuindo para a qualidade do ambiente académico da Universidade.

Esta candidatura louva esta iniciativa e pretende cooperar ativamente com o Provedor Institucional e empenhar-se no bom funcionamento do Gabinete da Provedoria, com particular sensibilidade e conhecimentos da realidade dos trabalhadores não docentes que não dispõem de um Estatuto especial que lhe confere especiais direitos, e que têm uma forte subordinação hierárquica.

Tencionamos ainda acompanhar a sua atividade, designadamente o número de queixas e reclamações recebidas, a matéria a que dizem respeito, o sentido das recomendações feitas e o respetivo acolhimento pelos destinatários, tudo a constar do respetivo Relatório.

Também (apoiamos e vamos apresentar iniciativas que fomentem a criação da Comissão de Trabalhadores) defendemos fomentar uma comissão com o desígnio de criar uma **Comissão de Trabalhadores** (já existente em algumas universidades portuguesas) que dará a todos os trabalhadores da UMinho (Universidade) uma representatividade mais efetiva, para que todos tenhamos uma voz mais ativa na gestão da instituição e uma Universidade melhor, onde todos se sintam bem.

Defendemos que os atos decisórios do CG sejam publicitados de forma adequada (com a ressalva do dever de reserva ou sigilo, impostos por lei), tal como está contemplado nos Estatutos da Universidade do Minho, “*modelo de governação e princípios de gestão*”, que consagram o princípio da “*transparência e publicidade*”, a adotar por todos os órgãos da Universidade.

Procuraremos garantir que as respostas aos pedidos de informação sejam dadas em tempo útil, pois só uma academia informada, com acesso a fundamentação e às regras em que assentam as decisões que lhes dizem respeito, estará motivada e capaz de fazer um posterior cruzamento de ideias e conhecimentos, contribuindo para uma melhor governação da Universidade.

Reconhecemos esta realidade - e sem prejuízo da necessidade do devido exercício, pelos próprios interessados, do direito de acesso - um dos

compromissos desta candidatura é de prestar informação efetiva de todos os assuntos tratados no Conselho.

Com o nosso empenho e dedicação acreditámos que teremos um Conselho Geral melhor.

Caros colegas, precisamos do vosso apoio nesta eleição apelando ao vosso contributo com mais sugestões para termos uma Universidade mais digna, mais empenhada e solidária.